

ATA: 003/2017

**Ata da reunião do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Cedro do Abaeté – março de 2017**

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e dezessete, às nove horas, na Biblioteca Municipal Waldete Lessa localizada no centro de Cultura e Eventos, o Conselho do Patrimônio Cultural, convocado pessoalmente pelo Setor de Patrimônio Cultural, representado pela Secretária Ivone Maria de Andrade, reuniu-se para a sua reunião em caráter extraordinário. A presente reunião teve como presentes os conselheiros abaixo assinados, constatando a suficiência do quórum. Depois dos habituais cumprimentos, procedemos a leitura, aprovação e assinatura da ata da reunião anterior. Em seguida foi feita a leitura da pauta de hoje: informes sobre a participação do município na Sétima Rodada do Patrimônio, promovida pelo IEPHA-MG em Pompéu, no dia vinte e três de março do corrente ano. A Rodada teve por tema a Deliberação Normativa vigente do CONEP/MG, apresentada pelo diretor de Promoção do IEPHA, Fernando Pimenta Marques. Norma informou ter representado o nosso município juntamente com a conselheira Graciela Andrade, esclarecendo dúvidas e trazendo as informações pertinentes à proteção do Patrimônio Cultural em nosso município para os demais conselheiros sobre o ICMS/Cultural. Em seguida Norma informou que tanto ela quanto a Conselheira Graciela está finalizando o Curso de Capacitação para conselheiros do Patrimônio Cultural financiado pela Secretaria Estadual de Cultura de Minas Gerais com apresentação do trabalho final previsto para o próximo dia 20 de abril na cidade de Divinópolis- Minas Gerais. Diante de tal constatação que esta seria a última reunião deste conselho mandato 2015/2017 observamos que a maioria dos membros foram reconduzidos já por mais um mandato E diante da necessidade de atualização jurídica do Conselho, Norma apresentou projeto de Lei a ser analisado pelos conselheiros, haja vista que a Lei que criou o Conselho de Patrimônio prevê a recondução somente por um período. Então diante dos gastos do governo para capacitar a conselheiras para mantê-las atuando no conselho resolvemos propor umas pequenas alterações na Lei nº